



Exma. Senhora  
Chefe do Gabinete de Sua Excelência a  
Presidente da Assembleia da República  
Dra. Noémia Pizarro

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
		Nº: 5252 ENT.: 4749 PROC. Nº:	28/10/2014

ASSUNTO: RESPOSTA A PERGUNTA N.º 2146/XII/3.ª

Encarrega-me a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade de junto enviar cópia do ofício n.º 11486, datado de 28 de outubro, remetido pelo Gabinete do Senhor Ministro da Saúde, sobre o assunto supra mencionado.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

Marina Resende



MINISTÉRIO DA SAÚDE



Gabinete da Secretária de Estado dos  
Assuntos Parlamentares e da Igualdade  
Entrada n.º 4749  
Data: 28-10-2014

Exma. Senhora  
Dra. Marina Resende  
Chefe do Gabinete da  
Senhora Secretária Estado dos Assuntos  
Parlamentares e da Igualdade  
Palácio de S. Bento-Assembleia da República  
1249-068 Lisboa

Sua referência  
Nº 4021  
Ent. 3444

Sua comunicação  
28.07.2014

Nossa referência  
Ent-. 9462/2014  
Proc. 12/14

**ASSUNTO: Pergunta nº 2146/XII/3ª, de 28 de julho, dos Deputados Paulo Sá, Paula Santos e Carla Cruz (PCP)-Degradação dos cuidados de saúde primários nos concelhos de Albufeira, Faro, Loulé, Olhão e S. Brás de Alportel (ACES Algarve I-Central)**

Na sequência da Pergunta acima referida dos Senhores Deputados do Grupo Parlamentar do PCP, encarrega-me o Senhor Ministro da Saúde de informar que têm sido desenvolvidos vários esforços no sentido de se conseguir a fixação de mais médicos na região, nomeadamente através do desenvolvimento de vários procedimentos concursais. No entanto, continua a verificar-se que muitos, por sinal a maioria, têm ficado desertos. A título de exemplo, só durante o ano 2013 e 2014 já foram abertas 210 vagas e até ao momento só foram celebrados 28 contratos.

A carência de profissionais na região, em particular de médicos, é estrutural e tem impacto na acessibilidade dos utentes aos cuidados de saúde primários, sendo que, atualmente, 32% dos utentes inscritos não têm médico de família.

Encontra-se a decorrer, em recurso hierárquico, o procedimento concursal para preenchimento de 10 postos de trabalho de enfermagem nos ACES, sendo 1 para o ACES Central. Em sede de preparação do orçamento para 2015, a ARS Algarve está também a acautelar verba para permitir a colocação de profissionais de enfermagem que têm pedidos de mobilidade para os nossos serviços.

Nos restantes grupos profissionais, a impossibilidade de desenvolvimento de procedimentos concursais leva a que se tente satisfazer algumas das necessidades de pessoal com recurso às figuras de mobilidade e cedência, conforme previsto na legislação aplicável à Administração Pública. Neste sentido, em sede de preparação do orçamento para 2015, e à semelhança do já referido no ponto anterior, a ARS Algarve está a acautelar verba para permitir a colocação de trabalhadores que têm pedido de mobilidade para os nossos serviços.

Têm sido desenvolvidos vários procedimentos concursais para recrutamento de profissionais médicos para o Centro Hospitalar do Algarve (CHA), EPE, em várias especialidades. Espera-se, portanto, que o reforço da equipa médica hospitalar permita melhorar a resposta no âmbito da *Consulta a Tempo e Horas*, diminuindo a lista e os tempos de espera.



Sobre as faltas de material clínico e medicamentos verificadas em alguns centros de saúde da região estão a ser regularizadas porquanto têm sido desenvolvidos os necessários procedimentos concursais para garantir o abastecimento das unidades.

No que diz respeito à alegada “obsoleta” infraestrutura tecnológica do sistema informático que serve o ACES Central, cumpre informar o seguinte:

- No que diz respeito à rede estruturada, a capacidade existente encontra-se longe de ser ultrapassada.
- Relativamente ao parque de servidores, este apresenta boa disponibilidade operacional, quer pela totalidade de carga de processamento quer pela disponibilidade de armazenamento. Foram também implementados novos recursos de virtualização que permitem dispor de maior capacidade e ganhos de eficiência.
- Em termos de *software*, os sistemas de informação que suportam o processo clínico e demais atividade dos cuidados primários sempre se mostraram adequados, apesar de terem surgido alguns problemas pontuais, que ainda assim têm sido resolvidos pelo NSIC ou pelos SPMS, e até, inclusivamente, em conjunto.
- Foram adquiridos 130 PC e irão ser adquiridos 600 postos informáticos de trabalho para médicos e enfermeiros. Aguarda-se a aprovação para aquisição de mais 202 PC.

Face ao atrás exposto, não se considera que a infraestrutura tecnológica seja obsoleta porquanto se demonstra que a mesma é mais do que suficiente e a sua capacidade se encontra longe de ser ultrapassada, mantendo ainda a capacidade para *upgrade*.

No que diz respeito à frota automóvel da ARS Algarve, incluindo os ACES, importa relembrar que estão em vigor medidas legais que visam a diminuição, em geral, do número de viaturas do Estado, as quais são naturalmente de cumprimento obrigatório também no Ministério da Saúde.

Com os melhores cumprimentos.

O Chefe do Gabinete

( Luís Vitório )